

A POSIÇÃO DO PUTONGHUA (MANDARIM) NA FUTURA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU*

*Hou Jingyi ***

Em 1999, Macau integrará a República Popular da China (R.P.C.). Segundo o Projecto da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (R.A.E.M.) da RPC, Macau, como região administrativa especial (RAE), não aplicará o sistema de políticas socialistas, mantendo-se inalterados durante 50 anos o actual sistema capitalista e o modo de vida. Macau gozará de uma alta autonomia em relação ao poder central da RPC, à luz da política de «um país, dois sistemas». Planear a posição do mandarim, língua oficial chinesa, e elaborar a futura política da língua são preocupações actuais, e que, em termos das realidades do Território, merecem reflexões profundas.

No segundo parágrafo, ponto quinto do artigo 2.º da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa, está estipulado que: «Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos Tribunais» de Macau. Na versão para debate de opiniões do projecto da lei básica, pode ler-se que «além da língua chinesa, nos organismos administrativos, no órgão legislativo e nos organismos judiciais da RAEM poder-se-á usar ainda a língua portuguesa, que será também uma língua oficial». Estes dois documentos asseguram a posição legítima da língua chinesa na futura RAEM. A Agência Noticiosa Xin Hua noticiou, no dia 12 de Dezembro último, que o Conselho de Ministros de Portugal aprovara um decreto-lei determinando que a

* Comunicação apresentada no «Seminário internacional das línguas faladas em Macau: evolução no período de transição», organizado pela Associação de Ciências Sociais de Macau entre 28 e 31 de Março de 1992.

** Investigador do Instituto de Línguas da Academia das Ciências Sociais da China e editor-chefe da revista «Zhongguo Yuwen» (língua chinesa).

língua chinesa passará a ser oficial em Macau, tendo a mesma força de lei que a língua portuguesa.

Hoje, convidados pelos nossos anfitriões, professor Huang Wei wen, presidente da Associação das Ciências Sociais de Macau e professor da Universidade de Macau, e Cheng Xianghui, reunimo-nos para discutir a problemática da língua no futuro de Macau, acontecimento que se reveste de grande significado. Aproveitando esta ocasião, gostaria de expor algumas ideias sobre o problema da posição do mandarim, a língua dos Han, na RAEM. Agora que o chinês obteve reconhecimento legítimo, é mais do que necessário discutir este problema, pois só deste modo será possível chegar-se a consenso comum sobre esta questão e, conseqüentemente, elaborar-se um projecto viável.

De acordo com os resultados do censo demográfico realizado em 1991, e recentemente tornados públicos pelo Governo do Território, Macau conta 401 800 habitantes, dos quais mais de 95% são chineses que usam o cantonense (Nan Shi, 1991). O cantonense fala-se na zona que tem por centro o rico delta do Rio das Pérolas. Com a aplicação da política de reforma e abertura ao exterior, a economia desta zona registou um índice de prosperidade e crescimento sem precedentes na história, o que levou a uma afluência de gente vinda de outras zonas, em busca de melhores oportunidades. Este surto migratório foi acompanhado dum verdadeira febre de aprendizagem do cantonense nunca antes visto.

Em Hong Kong, Macau e noutras regiões ultramarinas de expressão chinesa cantonense, este dialecto tem vindo a registar um número sempre crescente de utentes, sendo a língua mais falada. A posição do cantonense é superior à do mandarim nas zonas onde se fala cantonense. O cantonense é, actualmente, uma língua oficial em Hong Kong, usada com frequência nos órgãos legislativos, organismos administrativos e judiciais. Os filmes, programas de televisão, canções em voga, produção cinematográfica e televisiva de uma maneira geral, fazem todos uso do cantonense e são bem acolhidos nas comunidades chinesas do ultramar. Em Hong Kong, a publicidade em cantonense ocupa um lugar privilegiado face a todas as outras línguas, como por exemplo o mandarim, e as técnicas de produção são muito superiores na publicidade cantonense. Nos serviços de aviação internacional e radiodifusão oficial, usa-se o mandarim e o cantonense. Muitas companhias e linhas aéreas adoptaram o cantonense como linha de trabalho. Nas comunidades chinesas ultramarinas, o cantonense tem vindo a desempenhar o papel de veículo no ensino primário, secundário e superior. (Zou Jiayan, 1991).

Como língua de ensino, o cantonense foi adoptado em quase todas as escolas secundárias, universidades e mesmo nos departamentos de chinês dos institutos de investigação em Hong Kong. Para além do chinês, as outras matérias são ensinadas principal-

mente em inglês ou cantonense. Os casos em que o mandarim é adoptado como veículo de ensino são em número muito reduzido. Nas escolas infantis e primárias, usa-se geralmente o cantonense. (Wang Peiguang, 1989). Os defensores do cantonense, idioma-mãe, como língua de ensino, defendem-se com o argumento da compreensão da cultura, opinando que se a língua de ensino for a mesma que é usada em casa, as tradições culturais no seio da família não só serão preservadas como reforçadas; caso contrário, não só surgirão problemas de desfazamento e dificuldade na aprendizagem (os alunos não seriam capazes de dominar o mandarim com a mesma facilidade e fluência, para além de se estar a sobrecarregá-los), como se iria pôr em risco as tradições que unem as famílias.

Quanto aos meios de comunicação social como a televisão e a rádio, em Hong Kong usam-se o inglês e o cantonense e é no cantonense que os chineses pensam quando se fala na «televisão chinesa» ou na «rádio chinesa». Do exposto, podemos facilmente aperceber-nos de que o cantonense é muito mais amplamente usado do que o mandarim.

Após a integração de Macau na RPC, a divulgação do mandarim e o seu papel nos mais diversos domínios é um problema que merece e requer a atenção das diversas camadas sociais da população de Macau.

Sobre a posição do mandarim. Na Constituição da RPC, aprovada pela Quinta Sessão da V Assembleia Popular Nacional, realizada em Novembro de 1982, está escrito claramente que «O Estado populariza o mandarim, que é usado nacionalmente». Esta estipulação confirma legislativamente a posição oficial do mandarim à luz das normas internacionais de se tornar a língua comum nacional. A popularização do mandarim em toda a China é uma necessidade, incluindo as regiões administrativas especiais de Macau e Hong Kong, onde se aplicará o sistema capitalista. A popularização do mandarim não só poderá vir a apresentar-se como a solução dos mal-entendidos comuns entre os dialectos, e vir a diminuir as dificuldades existentes a nível de comunicação entre indivíduos pertencentes a diferentes zonas dialectais, como virá certamente favorecer a comunicação social, o intercâmbio científico e tecnológico, e a prática administrativa, bem como as trocas comerciais, com a criação dum mercado nacional unificado; outros aspectos e áreas que beneficiarão com esta medida, serão a generalização do ensino e aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, contribuindo para a reunificação da pátria, unidade nacional e contactos internacionais. Trata-se pois duma medida de grande significado e alcance. (Wan Li, 1986).

Após o regresso de Macau ao seio da pátria, os laços da RAEM com as províncias e regiões autónomas do interior do país serão reforçados, e mais frequentes os contactos a todos os níveis, não só na área económica, como também na cultural, a nível do ensino,

cultura física, bem como saúde pública, etc. Sob estas circunstâncias, é imperativo elevar a posição social do mandarim na RAEM, ou seja, permitir ao mandarim tornar-se, progressivamente, numa língua oficial, numa língua veicular, usada no ensino e no comércio.

A língua oficial é a língua pública usada nos organismos governamentais, nos órgãos legislativos e nos tribunais. Num artigo recente, Cheng Xianhui faz notar que a língua chinesa que goza de posição oficial é a língua nacional da RPC, ou seja, o mandarim (Cheng Xianhui, 1992). Esta opinião é muito perspicaz. Como língua oficial do Estado, como uma das seis línguas de trabalho da ONU e como língua oficial de Taiwan, Singapura e outras regiões do mundo, o mandarim deve ser adoptado como língua oficial da futura RAEM. Este é o primeiro problema que terá de ser resolvido. A solução deste problema contribuirá para fazer do mandarim língua de ensino e língua veicular no seio da sociedade, e língua comercial da RAEM.

A adopção progressiva do mandarim como língua de ensino é um problema extremamente complexo. A Comissão de Trabalho da Língua Chinesa da RPC indicou que devíamos esforçarmo-nos no sentido de implementar o uso do mandarim nas escolas, a todos os níveis, até ao final do século. Esta ideia é muito positiva, e devem envidar-se esforços no sentido de a passar à prática. Existem no entanto inúmeras dificuldades, através do país, para a popularização absoluta e efectiva do mandarim. Citem-se Hong Kong e Macau por exemplo. Tal como acima referido, o ensino do chinês é efectuado basicamente em cantonense, sendo as outras disciplinas ministradas em inglês ou cantonense. Os defensores do cantonense, a língua-mãe, como veículo do ensino, consideram-no como mais vantajoso, porque mais rico do que o mandarim, permitindo ao seu utente transmitir um maior número de ideias e sentimentos. Se for adoptado o mandarim como língua curricular nas escolas, esta medida traduzir-se-á em dificuldades tanto para os professores como para os alunos, e levará também, conseqüentemente, ao baixar dos resultados nos exames finais unificados. Os professores que consideram o cantonense superior ao mandarim dão voz aos sentimentos de um número considerável dos habitantes de Hong Kong. A maioria das pessoas que persistem em defender esta posição fazem-no por motivos sentimentais e psicológicos. Este problema faz-nos lembrar uma opinião muito divulgada nos anos 50, que defendia ser impossível recitar poesia da dinastia Tang em mandarim, pois que se perdiam o ritmo e melodia originais. Para manter a sua riqueza, seria necessário usar um dialecto duma zona costeira do sul do país, cujas particularidades se assemelhavam à da língua falada da dinastia Tang. A prática veio no entanto demonstrar que recitar poesia dos Tang em mandarim também agrada ao ouvido. Quanto ao ensino em mandarim, não podemos afirmar que o nível pedagógico baixasse só pelo simples facto de passar a ser

ministrado em mandarim e não em cantonense; se mais não fosse, porque sabemos que a qualidade do ensino depende de factores muito diversos, sendo a língua em si apenas um deles, e devemos ter em consideração também os materiais de ensino. É óbvio que os materiais de ensino para uso escolar não devem ser exclusivamente locais. Mesmo que não se faça uso do material de ensino unificado, o localmente coligido deverá incluir também excertos de obras literárias de autores cuja língua-mãe não é o cantonense; refira-se por exemplo, a Ode do Álamo, de Mao Dun. O álamo é uma árvore do norte da China. Se, na leitura deste texto, se utilizar o mandarim, e se pronunciar «álamo» na sua pronúncia original, teremos que admitir que é muito mais conveniente. O ex-primeiro-ministro de Singapura, Lee Kuan-Yew, no seu discurso na cerimónia de abertura do Seminário Mundial do Ensino do Chinês, em Dezembro de 1989, afirmou que «Nos últimos 70 anos desde 1920 para cá, tem vindo a ensinar-se o chinês (mandarim), mas os sete principais dialectos chineses mantiveram-se sempre como línguas de uso doméstico, no seio da família. Embora os alunos estudem apenas a língua oficial chinesa na escola, não têm problemas em falar dialecto em casa. Mas, para além do chinês, impõem-se nas escolas a aprendizagem também do inglês. Isto traduz-se numa carga excessiva para os alunos que em casa falam dialecto; como resultado, os alunos acabam por dominar apenas o inglês e o dialecto, entre os quais o de Fujian que progressivamente ocupará a primeira posição. Temos envidado esforços para substituir os dialectos pela língua falada chinesa, com o intuito de vermos coroada de êxito a nossa política de bilinguismo (chinês e inglês). Estes esforços renderam já fruto». A situação de Singapura não é a mesma de Hong Kong, e Singapura tem insistido em não adoptar os dialectos como língua veicular de ensino, mas persistir no ensino e adopção do mandarim como segundo idioma curricular nas escolas. Esta política, e os resultados positivos alcançados em Singapura, vêm provar que é possível adoptar como língua curricular no ensino uma outra língua que não a língua-mãe.

Quanto à televisão e rádio, quase todas as estações chinesas em Hong Kong fazem uso do cantonense. Recentemente, tive a oportunidade de ver o espectáculo de caridade dos círculos artísticos de apoio às zonas afectadas pelas inundações; neste espectáculo de oito horas, quase todos os apresentadores dos programas da TV de Hong Kong e quase todos os artistas usaram o cantonense. Embora este programa fosse de óptima qualidade, a barreira da linguagem impede que quem não fala cantonense possa apreciá-lo convenientemente. Embora o cantonense seja muito bem acolhido, como é natural, nas zonas de expressão que usam predominantemente este dialecto, devemos reconhecer que o referido aspecto da sua limitação é negativo. Com o rápido progresso científico e tecnológico, o mundo que habitamos tem vindo a tornar-se pequeno. As

transmissões via satélite vêm acentuar esta nota, e o monolinguismo está a dar espaço ao multilinguismo. O número de programas de televisão e radiofónicos que hoje podemos captar em mandarim, promoverá sem dúvida também os intercâmbios cultural e artístico. Esta situação resulta do progresso social.

Resumindo, podemos afirmar que, após a legalização da língua chinesa em Macau, a popularização do mandarim e o reconhecimento da sua posição nos círculos oficiais, no ensino, na comunicação social e na área das trocas comerciais e outros sectores da actividade são um problema que se reveste de grande significado para a prosperidade, desenvolvimento económico e abertura social do Território; do mesmo modo, isto permitirá alargar as vias de comunicação entre a futura RAEM e o governo central de Pequim, e as diversas províncias e regiões autónomas do país.

Como popularizar então o mandarim? Primeiro, será necessário um impulso enérgico. A experiência de Singapura poderá ser de grande utilidade neste estágio. A popularização do mandarim neste país tem já uma história de 14 anos. Desde 1979 que o mês de Outubro de cada ano tem sido sempre o «Mês da Língua Chinesa». O tema anual varia, sendo o objectivo a disseminação do idioma oficial. O tema do ano transacto foi «Aprender o Chinês e Conhecer a Cultura», e a campanha visou particularmente os indivíduos de ascendência Han que estudam o inglês em Singapura. Das estatísticas dum inquérito posteriormente efectuado, apurou-se que a campanha fora um êxito. Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento daquele país, o número dos naturais de etnia Han que usam o chinês no mercado e no centro dos bufarinheiros aumentou de 1% em 1979 para 24% em 1991. Quanto ao uso do mandarim no seio da família, o número dos alunos da primeira classe da escola primária que falam chinês em casa aumentou de 25% em 1980 para 67,9% em 1991, tendo diminuído o número dos que falavam dialecto em casa de 64,4% para 5,6% durante o mesmo período. Este exemplo merece toda a atenção das futuras Regiões Administrativas Especiais de Macau e Hong Kong.

Um secretário-adjunto do Governo de Macau afirmou que após a oficialização do chinês vão ser necessários mais funcionários públicos bilingues, razão pela qual o Governo está a formar um grande número de técnicos bilingues. (Ou Mun Iat Pou, de 14-12-1991). A preparação em Macau de pessoal bilingue é sem dúvida um assunto urgente. Deve no entanto atentar-se que este bilinguismo inclua o mandarim. He Guoxiang, sub-reitor do Instituto de Ensino do Chinês subordinado ao Departamento da Educação de Hong Kong, afirmou, no Seminário Internacional do Chinês, em Hong Kong, no final do ano passado, que o mandarim devia ser incluído como disciplina opcional na escola secundária em Hong Kong, e no exame unificado da escola secundária daquele

território. (Edição Ultramarina do Diário do Povo, 21-12-1991). É nosso parecer que esta proposta favorece indubitavelmente a popularização do mandarim. No fim de contas, querer é poder.

A concluir, gostaria de realçar, muito particularmente, a relação entre o mandarim, ou idioma Han, e o dialecto cantonense. Hoje em dia, às portas do século XXI, as exigências de qualquer zona ou região em relação à língua não devem ser monolíngues. O bilinguismo ou o multilinguismo são inevitáveis, sobretudo, nas zonas economicamente desenvolvidas. Há exemplos suficientes a prová-lo, dentro e fora da China. Tian Xiaolin afirmou que se o mandarim não puder circular como idioma língua de comunicação quotidiana em Hong Kong, a região não terá a posição que lhe é devida. (Tian Xialin, 1992). Esta perspectiva aplica-se também, a nosso ver, a Macau. Se o mandarim não circular em Macau, como elo quotidiano de comunicação entre a população, a importância do Território não será completamente reconhecida. Por isso, a futura RAEM deverá ser uma sociedade multilingue, pois apenas o mandarim não seria também suficiente. Defender a popularização do mandarim significa sobretudo acelerar o seu ensino, divulgação e uso estandardizado, de modo a promover e enriquecer a formação de uma região multilingue que inclua também o chinês oficial.

BIBLIOGRAFIA

- Nan Shi: «Perspectivas do futuro bilinguismo sino-português de Macau», Ou Mun Iat Pou, 23-7-1991.
- Wang Peigaung: «A posição do cantonense em Hong Kong e o ensino da língua-mãe e do mandarim», in «Bilinguismo e dois Dialectos», Chen Enquan, editor-chefe da Editora da Universidade de Zhong Shan, 1989.
- Zou Jiayan: «Dialectos chineses no ultramar», in Coleção de Mapas e Idiomas da China, Ed. Long Man, Hong Kong, 1991.
- Wan Li: «Discurso pronunciado na cerimónia de inauguração da Conferência Nacional de Trabalho de Língua Falada e Escrita», in Trabalho da Língua Falada e Escrita no Novo Período. Ed. Língua Chinesa, 1986.
- Cheng Xianghui: «O estatuto oficial da língua chinesa em Macau», in Zhongguo Yuwen (Língua Chinesa), n.º 1, 1992.
- Lee Kuan-Yew: Coleção das Teses do Seminário Internacional da Língua Chinesa, Singapura, 1990.
- Jiang Huidi: «Aprender o chinês e conhecer a cultura», in Hanyu Pinyin Xiaobao, (Pequeno Jornal do Pinyin), 5-11-1991.
- Tian Xiaolin: «O problema da normalização das línguas faladas e escritas da região de Hong Kong», discurso pronunciado na Sexta Reunião Académica Anual da Sociedade da Língua Chinesa, realizada em Xiamen (Amoy), in Zhongguo Yuwen (Língua Chinesa), n.º 2, 1992.

